

Inventar uma democracia brasileira

Fábio Giorgio AZEVEDO¹

*Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições,
nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente
muitas vezes desfavorável e hostil,
somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra
(Sérgio Buarque de Holanda)*

RESUMO: No presente artigo argumentamos acerca da importância premente da formação de uma cultura política para o desenvolvimento de uma democracia brasileira. Entretanto, são justamente certas culturas brasileiras que vêm sendo consideradas, muitas vezes, como o principal obstáculo ao desenvolvimento da racionalidade democrática em uso no país. Na contramão dessa opinião, consideraremos a noção de cultura como um vetor crítico às sociedades contemporâneas, que se caracterizam pelo crescente desenvolvimento da racionalização da vida em todas as suas dimensões. Por sua vez, iremos sugerir que a “pesquisa cultural”, como atitude e dispositivo relacional do Estado com a sociedade civil, possa exercer uma função estruturante nas poéticas do poder público, isto é, no saber-fazer programático e operativo que orienta suas políticas e ações.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Cultura. Pesquisa. Estado. Invenção. Brasil.

To invent a Brazilian democracy

ABSTRACT: In this article we argue about the importance of the urgent formation of a political culture for the development of Brazilian democracy. However, are just some Brazilian crops that have been considered often as the main obstacle to the development of democratic rationality in use in the country. Opposed to this view, we consider the notion of culture as a vector to critical contemporary societies which are characterized by increasing development of the rationalization of life in all its dimensions. In turn, we suggest that the "research culture", as relational attitude and device state with civil society, can play a role in the poetic structuring of public power, ie, know-how to guide programmatic and operational policies and actions.

KEYWORDS: Democracy. Culture. Research. State. Invention. Brazil.

¹ Psicólogo, Mestre em Educação, Coordenador de Política e Ação Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza. E-mail: fabiogorgio@uol.com.br

Urgência e desespero: a quem e como servir

O papel do Estado, no sentido prático, está diretamente relacionado aos contextos de sua atuação. Desmantelado e tornado “mínimo” com a perspectiva neoliberal que, desastrosamente, entregou à via privada a regulação da vida social, o Estado vem sendo chamado a exercer um papel mediador entre “ricos” e “pobres”, e entre aqueles que têm mais condições de fazer frente às demandas de organização social vigentes, e aqueles que, por questões culturais sócio-históricas, têm mais “dificuldades” (seja por permanecerem indiferentes, inadequados ou desobedientes a determinadas hegemonias em funcionamento). Nos países em que a sedimentação de um regime democrático é recente, como o caso do Brasil, o Estado, além de gestor-regulador-mediador, também deve cumprir a missão de criar as condições para a instituição das mentalidades e entidades democráticas que colaboram com a vida pública.

Em nosso contexto, as demandas são todas urgentes: a invenção de uma mentalidade em ato (cultura) que considere o domínio público da vida social; a pactuação, organização e regulação institucional do interesse público (do Estado, da sociedade civil, do mercado); e a criação das condições materiais para uma qualidade de vida digna para as populações (educação, cultura, saúde, moradia, etc.). Nesse estado de urgência, a tendência mais comum é a vida social ser abordada desde uma perspectiva negativa, da qual deriva uma concepção política que parte do princípio de que a sociedade civil é mal educada, repleta de carências e desorganizada. Tal abordagem da vida social busca seus fundamentos numa visão de mundo que privilegia as desigualdades sócio-econômicas como pano de fundo das interações culturais vigentes, e dessa visão derivam suas políticas².

Entretanto, para fazer frente ao estado de coisas (que pressupõe) e legitimar suas diretrizes e ações, o poder público ainda carece de “tecnologias sociais” fundadas numa mentalidade em ato que privilegie o **cultivo do tempo** necessário para envolver os cidadãos com o agir democrático. Muitos governos ainda se veem às voltas com o tentar aprender a operar a burocracia da máquina estatal e em responder às urgências da temporalidade administrativo-financeira dos organismos multilaterais de financiamento, que não operam no tempo do “mundo da vida”, e sim num tempo regido por ritmos autorreferentes (como aqueles

² A discussão filosófica dos fundamentos ontológicos da vida social, que desemboca numa teoria do sujeito, é premente. Pois, em geral, as posições político-conceituais que se atualizam no poder público expressam uma tensão que poderíamos qualificar, grosso modo (e correndo o risco de estereótipos), assim: aqueles que partem de uma ontologia negativa, de tradição dialético-marxista e aqueles que estão ao lado de uma ontologia afirmativa, anti-hegeliana e/ou pós-estruturalista.

dos cronogramas de acesso, desembolso e uso dos recursos). E assim, a frágil democratização do Estado brasileiro vem sendo imposta em caráter de urgência, e de cima para baixo, devido ao desespero dos governos de verem “oportunidades” ocorrendo sem poderem ser aproveitadas – por não haver o conhecimento e as estruturas institucionais legitimamente constituídas que deem suporte aos trâmites democráticos. Então sucumbem ao desespero e passam a **intervir** na sociedade civil, numa empreita civilizatória que considera toda resistência e inadequação como obstáculos, e o próprio cidadão, a quem devem sua razão de ser, um inimigo ao desenvolvimento da Ordem democrática.

Quem teve a oportunidade de se envolver com projetos sociais, sejam oriundos da parte do Estado ou do terceiro setor, deve ter se deparado com um paradoxo que ilustra a situação exposta acima: quanto maior a benevolência, maior a resistência. Quanto mais se procura ajudar os outros, empoderá-los, como se diz, mais os outros resistem. Mas como quem se engaja num ideal de transformação social tende, de forma automática, a se colocar do lado do Bem, ao invés de pensar-*contra-si* (e procurar compreender o que, na ação que empreende, pode estar provocando a resistência), pelo contrário: os benfeitores da lei e da justiça costumam simplesmente autolegitimar suas intervenções acreditando que praticam a virtude da benevolência (não raro transformada em assistencialismo), sem se preocupar em avaliar os efeitos reais que produzem ao agir. Destarte, num movimento sutil, passam a tratar os cidadãos que pretendem ajudar como seu maior obstáculo.

Nesse contexto, as técnicas psicossociais de ação utilizadas para construir uma “tomada de consciência” dos “oprimidos” quanto às condições de sua opressão mostram-se insuficientes, pois esbarram num fosso de “irracionalidade” das relações sociais quando remetidas à racionalidade dos sistemas jurídico-financeiros com os quais o Estado se compromete (antes de qualquer coisa). O agente social interventor, levado pela ânsia das boas intenções, acaba forçando um movimento **aparente** de transformação, pois a transformação que consegue empreender logo se mostrará insustentável e sem nenhum caráter. Esse afã em agir **sobre** as pessoas e suas condições de vida para “transformar a realidade” é como a boa intenção que mata, o remédio que vira veneno. Aqueles que não se adequam ao perfil predeterminado que devem ter os que serão beneficiados pela benevolência do Estado tampouco têm sua resistência compreendida e legitimada. Aliás, raramente a resistência da sociedade civil é compreendida como aquilo que insiste como o impensado da ação (do Estado, do terceiro setor...), ou como a expressão da digna recusa em receber aquilo que não poderá ser retribuído. Pois, se assim sucedesse, isto significaria problematizar, ressignificar e reorientar as motivações e as metodologias das políticas e ações dos governos e demais

agentes sociais ocupados com o interesse público. Indo direto ao ponto, significaria refundar o próprio Estado democrático brasileiro.

O problema não é de hoje

Quando se interpreta a resistência dos cidadãos brasileiros à organização social da vida pública como um obstáculo à consolidação da democracia, um dos motivos é que ainda padecemos de um problema tão antigo quanto atual, formulado com precisão pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), logo nas páginas iniciais do livro “Raízes do Brasil”: a tentativa de implantação, aqui, de modelos de organização social gestados alhures, em condições culturais muito diversas.

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. (HOLANDA, 2006, p. 19).

O que nos sugere a leitura de diversos escritores brasileiros que pensaram as bases culturais de nossa política institucional é que, ao invés de procurarmos modelos de organização social para copiar e adaptar, seria o caso de considerarmos nossas idiossincrasias culturais como substrato para a construção de outra via possível no estado de coisas em crescente desencantamento que se encontram as sociedades complexas contemporâneas, com suas políticas de Estado ontologicamente calcadas em mitologias democrático-liberais (teorias essencialmente neutras, secularizadas, despidas de emotividade e que se enquadram facilmente em fórmulas). Não se trata de uma mera apologia à invenção. Entretanto, subjaz nessa defesa de uma espécie de afirmação da espontaneidade do costume e da organização do povo uma aposta na liberdade de recombinação dos arranjos culturais herdados, sob uma ética afirmativa que sirva de esteio à fabricação do porvir de nossa vida pública, com a invenção das instituições, rituais e idéias democráticas que convenham e sejam pertinentes aos nossos contextos.

Por seu turno, trata-se de firmar uma empreita emancipatória em que os atores sociais, não mais tidos como obstáculos, e sim como constituintes dos procedimentos da ação política, aproximem-se do Estado. Nesse caso, se o poder público quiser exercer a função de realizar, permanentemente, a equilibração entre as potências desiguais dos diversos atores e dimensões

da realidade social, há que compreender (antes de julgar) e respeitar os modos de vida daqueles aos quais serve, para então co-promover, junto a outros atores sociais, as condições culturais requeridas para a formação de cidadãos transnacionais cosmopolitas.

A vida social na sociedade metropolitana moderno-contemporânea é um fenômeno de múltiplas realidades socioculturais, em que certas realidades guardam “[...] não só tradições próprias, como têm formas particulares de se apropriar e interpretar outros níveis e dimensões culturais da sociedade abrangente” (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p.22). Cabe aos gestores do poder público conhecer seus contextos de atuação, isto é, envolverem-se com as diversas cidades numa metrópole, e interpretar as demandas (por vezes divergentes) em consonância com os distintos mundos culturais. E diante das impossibilidades reais (de tempo, pessoal e recursos), decidirem acerca das prioridades. Mas tais escolhas políticas, que nunca são imparciais, devem ser fruto de conhecimento de causa sobre a vida cultural das populações, e de uma exposição pública transparente e aberta à crítica dessas escolhas.

A pesquisa como método / dispositivo relacional

A pesquisadora Isaura Botelho (2001)³, no texto “Dimensões da Cultura e Políticas Públicas”, distingue duas dimensões da cultura: a cultura no plano cotidiano e aquela que ocorre no circuito organizado. Segundo ela, a distinção entre as dimensões “antropológica” e “sociológica” da cultura, no contexto das políticas de Estado, é fundamental, “[...] pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação” (BOTELHO, 2001, p.74). A aposta de Botelho é que definir um conceito operatório de cultura é o que trará clareza para a formulação de políticas públicas efetivas, pois, devido à complexidade da vida cultural, seria preciso distinguir objetivamente o ambiente de atuação das políticas culturais para facilitar as formas de articulação entre as várias instâncias do poder público.

Levando ainda em consideração a afirmação da pesquisadora de que “[...] a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001, p.74), conclui-se que a cultura atravessa todos os planos da vida social.

³ Coordenadora de Difusão do Centro de Estudos da Metrópole no CEBRAP e Diretora do Centro de Estudos da América Latina no Memorial da América Latina.

Nesse sentido, inferimos que a noção de cultura pode ser, para o gestor público, um operador político-conceitual que aponte para uma visão integral e universalista dos cidadãos. E, sendo assim, o campo da cultura exerceria uma função crítica em relação à crescente tendência biopolítica de compartimentalização especializada do mundo da vida em áreas administrativo-burocráticas (secretarias, órgãos, setores etc.), para fins de gestão social. Pois, apesar de todos os caminhos apontarem para uma necessidade crescente de organização da sociedade civil e do poder público, sob a justificativa de amadurecimento da vida democrática, é relevante considerar que o plano cotidiano carrega a natureza recalitrante de transbordar das planilhas e borrar os auspiciosos resultados esperados. Sem dúvida, os dados estatísticos são ferramentas que podem ser aliadas para nortear as ações de gestão social empreendidas, e gerar importantes indicadores que legitimem o aporte de recursos. Por outro lado, têm a característica de mascarar os processos, as metodologias e os percursos que lhes fundamentam. Sendo que tais processos, metodologias e percursos, com suas motivações e lógicas próprias (irredutíveis a casos e leis gerais), talvez sejam justamente o oráculo para responder a muitas questões aparentemente insolúveis (ou ignoradas) para os gestores.

Um exemplo recente nos ajuda a considerar a pertinência da pesquisa como fundamento metodológico para elaboração de políticas de Estado estruturantes. Foi o lançamento do Vale-Cultura, pelo presidente Lula e o ministro Juca (MinC), segundo noticiou Karla Losse Mendes (2009). Trata-se de um crédito de cinquenta reais que o trabalhador recebe (e a empresa que conceder pode deduzir até um por cento do imposto devido) para consumir bens culturais: “O Vale-Cultura é concebido nos moldes de um benefício trabalhista, a grosso modo como um vale alimentação. Com o cartão, os beneficiados poderão adquirir ingressos de cinema, teatro, museu, shows, livros, CDs e DVDs, entre outros produtos culturais”, informou Karla Losse Mendes (2009).

Segundo o Ministro da Cultura, a política que motiva a criação do Vale-Cultura, pretende estimular o consumo, aos poucos deslocando recursos que até então eram investidos na produção. Por outro lado, espera-se que o vale aumente “em até R\$ 600 milhões por mês ou até R\$ 7,2 bilhões ao ano o consumo cultural no país”. A reportagem conclui voltando a atenção para a situação estatística que demonstra que o cidadão brasileiro não consome...: “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que apenas 14% da população brasileira vai ao cinema regularmente, 96% não frequenta museus, 93% nunca foi a uma exposição de arte e 78% nunca assistiu a um espetáculo de dança”⁴.

⁴ Confira a matéria de Mendes (2009).

Sem dúvida, o Vale-Cultura é uma ação marcante, pois desloca a intervenção estatal da produção para a fruição dos artefactos culturais. Entretanto, se fora uma política pública cultural, haveria que ir além de tratar o sintoma que os números diagnosticam, e tomar distancia do viés de mercado para justificar sua ação e fundamentar seus efeitos. Ao invés de “apenas” fazer circular mais dinheiro para beneficiar os mesmos beneficiários (produtores e gente que já consome bens culturais, como veremos a seguir), seria o caso, para a formulação de uma política cultural, perguntar-se: quais as simbólicas razões dos números apontarem para um baixo índice de fruição de produções artísticas pelos brasileiros? (Mas claro, num estado de urgência – e é esse o perigo –, havemos de considerar o mérito da ação).

O problema é que temos a experiência dos antigos para nos alertar de que há algo mais no próprio fundo do que olham algumas ações governamentais. Ainda no início dos anos 70, apareceu a primeira pesquisa na França sobre as práticas culturais dos franceses. Segundo Botelho, a preocupação com o desenvolvimento cultural, após a segunda guerra mundial, levou a França a adotar uma política cultural que repousava sobre dois princípios:

[...] a cultura erudita merecia ser difundida; e bastaria o encontro entre o público – considerado de forma indiferenciada – e a obra para que houvesse uma adesão. Ou seja, isso foi feito sem serem considerados o contexto sociológico e as barreiras simbólicas que envolvem as práticas de natureza artística e cultural. (BOTELHO, 2001, p.80).

Ao governo francês importava um desenvolvimento cultural que incluísse todas as camadas sociais, e, para tanto, premente seria saber

[...] por que a cultura não conseguia atingi-las em seu conjunto”, para **depois** encontrar a maneira de fazê-lo. Com a utilização *sistemática* da pesquisa qualitativa, foi contrariada a idéia de que “a má distribuição ou ausência de espaços culturais e os preços muito altos seriam [...] os entraves básicos a um maior consumo cultural” (BOTELHO, 2001, p.81).

Compreendeu-se que as **barreiras simbólicas**, das mentalidades forjadas nas interações sociais, eram os fatores preponderantes.

A cultura como vetor de articulação / crítica

Reconhecendo o atual, crescente e inexorável processo de racionalização da vida em todos os âmbitos (inclusive nas políticas culturais do Estado), seria função política do campo da cultura tomar para si aquilo que não se apreende nesse processo. Tal função social da

cultura é legítima, pois, como vimos, a própria noção de cultura implica uma visão de mundo de caráter universalista, envolvendo todas as dimensões da vida que o cidadão experimenta. Se considerarmos que o aparelho estatal, representado pelo conjunto de seus órgãos e setores, pretenderia dar conta da vida social integralmente, poder-se-ia confiar à cultura, institucionalmente, a responsabilidade por cerzir as ações do poder executivo. Estrategicamente, a cultura tomaria em consideração as diversas dimensões em que a vida foi subdividida para fins de gestão social (saúde, educação, assistência social, direitos humanos etc.), procurando **articular** e, em certa medida, **integrar** as ações setoriais diversas do poder público, como sugere Botelho: “Junto aos demais setores da máquina governamental, a área da cultura deve funcionar, principalmente, como articuladora de programas conjuntos, já que este objetivo tem de ser um compromisso global de governo” (BOTELHO, 2001, p.75).

Nunca é demais lembrar que o fundamento das políticas públicas são as demandas sociais. Que só vêm à tona, efetivamente, através das interações mediadoras, das trocas socioculturais, do contágio advindo da aproximação com as múltiplas realidades. O que significa ultrapassar a mentalidade preconceituosa que apregoa a desorganização da sociedade civil, bem como a impessoalidade dos dados socioeconômicos, remetendo-os à vivacidade dos encontros face-a-face e aos contextos culturais específicos:

Sabe-se que as pesquisas quantitativas jamais poderão servir para a avaliação, por exemplo, de uma política cultural [...] as pesquisas quantitativas apontam tendências que podem e devem ser aprofundadas por meio de estudos qualitativos, visando alvos predeterminados (BOTELHO, 2001, p.82).

Pelo estilo da formação civilizatória que nos sobreveio, a vida cultural brasileira se caracteriza justamente pela recalcitrância com que se relaciona com o espírito de racionalização requerido pela ordem liberal-democrática cunhada noutras terras. O problema é que se aceitarmos a democracia como o menos mal dos mundos, ela supõe um “verdadeiro” Estado, e este, por sua vez, pressupõe o recurso à imparcialidade que trabalha para um bem comum na vida social, o interesse público (isto é, para tudo que transcende e envolve as parcialidades do mundo privado numa totalidade que as integre). Nesse sentido, alguns podem afirmar que dificilmente conseguiremos atingir esse estágio do estilo de civilização dominante, que implica uma espécie de indiferença com as singularidades em nome de um Todo (a unidade na diversidade), de um lugar comum, que é o interesse público. Mas também podemos nos perguntar se o problema não seria a própria concepção de Estado, que fere, quando se põe em ação, a natureza passional da vida humana:

A verdade é que o homem é sempre o homem de um clã, de uma comunidade. As categorias família, amizade, vizinhança, antes de serem tipos de comunidades para Tönnies, são, para Hume, determinações naturais da simpatia. (DELEUZE, 2001, p.32).

De volta ao ponto: se considerarmos que “nosso sentido do dever segue sempre o curso habitual e natural de nossas paixões”, estamos diante do desafio de inventarmos poéticas institucionais para o Estado brasileiro que realizem as potências de nossas inclinações. Estamos diante de uma escolha política: adequar os cidadãos que moram no Brasil à democracia forjada em terras estranhas, ou inventar uma organização política que convenha aos nossos traços culturais disjuntivos, considerando e corrigindo o familiarismo patriarcal que herdamos desde a época colonial, e que migrou para o Estado (dando-lhe um caráter personalista e autoritário), em detrimento do interesse público.

Devaneio sugestivo

Descendo ao solo da pragmática da ação do poder público, uma Secretaria de Cultura municipal, em parceria com um órgão de pesquisa do município e/ou com universidades, poderia se encarregar com práticas de co-produção permanente de conhecimentos qualitativos acerca das cidades (saberes e artes de fazer), através de pesquisa continuada dos seus ambientes culturais. Tais conhecimentos forjados no mundo da vida dos cidadãos comporiam um Sistema Único de Cidadania: um suporte sistêmico de armazenamento e colisão das produções, integrado em rede. Fazendo jus à sua proximidade com as artes, a Secretaria de Cultura se encarregaria de fazer parcerias com artistas, que dariam um caráter de artefato cultural aos “dados”, através de sua ordenação estética nas diversas linguagens artísticas que se considerarem pertinentes. Tais artefatos seriam utilizados para fins de fruição pública, como materiais “didáticos”, retornando aos cidadãos, reflexivamente; e também seriam utilizados como “dados diagnósticos” qualitativos para fundamentar proposições de políticas públicas e ações governamentais.

A atividade dos gestores, ao estar em contato com a produção dos materiais, seria transcriar os sutis e contingentes conhecimentos estéticos construídos nas vivências de campo em informações operatórias e globais para balizar suas políticas e ações. Seria encarar o desafio de arregaçar mangas em busca de co-produzir a pertinência de suas ações. Desafio porque tal pertinência, para ser alcançada, implica, paradoxalmente, um deslocamento do

lugar próprio de gestor ao encontro das realidades que operam em lógicas diferentes (e por vezes antagônicas) das do poder público. Dito de outro modo, os gestores, ao se dispor ao encontro com o cotidiano dos cidadãos, são convocados a criar um duplo de si mesmos, para cumprir, **através** da gestão dos recursos públicos, a finalidade política de mediação cultural que lhes foi incumbida: compreender a suposta “irracionalidade” da vida cultural das populações (que nada mais é do que uma racionalidade – por vezes – recalcitrante ao Estado); e adequar a racionalidade jurídica e administrativo-financeira da máquina estatal (inclusive instituindo novos marcos legais), para responder às demandas daqueles modos de vida, por princípio e por direito, “inadequados”.

Pra começar

Se vimos algum sentido no exposto acima, eis as tarefas que se colocam aos governos: inventar o papel do poder público na vida cultural das cidades brasileiras; instituir marcos conceituais que orientem as ações com clareza quanto aos seus fundamentos filosóficos; aproximar e interagir com os contextos para os quais atuam, com o objetivo de compreender suas lógicas; (re)conhecer os cidadãos (inclusive os funcionários públicos) em suas trajetórias; compartilhar, dentro do possível a ser ultrapassado, os meandros das ações e as demandas de cada setor pelo qual são responsáveis; e conhecer a própria máquina estatal – seus setores, seus projetos, as faces por detrás dos ofícios – para encontrarem e criarem afinidades e interseções.

No estado de infância democrática que o Brasil se encontra, a formação de uma cultura política é o dever de casa. Isto significa, entre tantas urgências, empenharmo-nos na elaboração de **políticas estruturantes** para orientar as ações do poder público, e, principalmente, reinventá-lo. A invenção de um Estado democrático brasileiro desde a base, para que esteja em acordo com os estilos e as demandas sócio-culturais, é, hoje, indiscutivelmente, um dos seus principais critérios de legitimação. Conhecer e acompanhar o dinamismo das práticas culturais, produzir conhecimentos sobre essas práticas em seus berços, e compartilhar entre os diversos setores da administração pública tais conhecimentos, são algumas formas de qualificar as ações do poder público para uma atuação imanente com relação ao caráter de metamorfose da cultura.

Compreendendo que a natureza transversal das demandas sociais simplesmente responde ao esteio ontológico da Vida, o poder público deve se colocar em ação espelhando-

se no *modus operandi* da dinâmica cultural para transcriar seu modo de gestão. Dito de outra maneira, o vetor cultural, como dispositivo político, pode criar as condições para fazer frente a dois problemas contumazes na atualidade: a racionalização da vida e a compartimentalização das ações do Estado.

Referências

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o papel das políticas públicas. **São Paulo em Perspectivas**, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, 2001. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v15n02/v15n02_10.pdf. Acesso em: 22 abr. 2010.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Ed. 34, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDES, Karla Losse. Governo lança Vale-Cultura para incentivar a demanda cultural. **Folha Online**, 23 jun. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u599505.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2010.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.